

MASSAS

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

AGOSTO 1.989 (mensal)

Nº 1

POR UMA CAMPANHA DE LUTA

O GOVERNO E O CONGRESSO AGUARDARAM O CESSAR DA ONDA GREVISTA PARA DECRETAREM A NOVA POLÍTICA SALARIAL E REAJUSTAREM MISERAVELMENTE O SALÁRIO MÍNIMO. O ESTOURO INFLACIONÁRIO E A BRUTAL ALTA DO CUSTO DE VIDA SEGUEM AO MONUMENTAL CORTE SALARIAL FEITO PELO PLANO VERÃO. O SALÁRIO MÍNIMO MANTÉM MILHÕES E MILHÕES NA MAIS ESTRITA MISÉRIA. O NOVO MECANISMO DE REAJUSTE EM CASCATA NÃO PROTEGE INTEGRALMENTE OS SALÁRIOS CONTRA A INFLAÇÃO DESCONTROLADA. OS ALIMENTOS E OS PRODUTOS POPULARES FORAM OS MAIS ATINGIDOS PELA ELEVAÇÃO. OS ALTOS ALUGUÉIS AGRAVAM O PROBLEMA DA MORADIA. E, DESTA VEZ, NÃO FOI SÓ O GOVERNO QUE SUSTENTOU A POLÍTICA DE ARROCHO, MAS TAMBÉM O QUERIDO PARLAMENTO BURGUESES DOS REFORMISTAS QUE APROVOU A LEI SALARIAL, MANTENDO TODAS AS PERDAS DO PLANO VERÃO E SANCIONOU O SALÁRIO MÍNIMO DA MISÉRIA. A BUROCRACIA SINDICAL E A ESQUERDA REFORMISTA FECHARAM OS OLHOS PARA MAIS ESSE ATAQUE CAPITALISTA ÀS MASSAS E SÓ VÊEM A CAMPANHA ELEITORAL. A TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO REPUDIA ESSE MESQUINHO ELEITORALISMO E SE POSICIONA A FAVOR DE UMA CAMPANHA NACIONAL DE MASSA PELO DEFESA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES.

PELA ESCALA MOVEL DOS SALARIOS!

PELA REPOSIÇÃO INTEGRAL DAS PERDAS!

POR UM ABONO DE EMERGENCIA DE 100% !

PELO SALARIO MINIMO REAL(DIEESE)!

PELA REFORMA AGRARIA, SOB O CONTROLE DOS CAMPONESES!

PELO ROMPIMENTO COM O FMI E EXPULSAO DO IMPERIALISMO!

ABAIXO O GOVERNO DOS CAPITALISTAS!

QUE A CUT LANCE A CAMPANHA DE LUTA!

QUE SE FORME OS COMITES DE AÇÃO!

QUE SE CONVOQUE AS ASSEMBLEIAS SINDICAIS E POPULARES!

QUE SE PREPARE A GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO!

Construir o Partido da Revolução

Este é o primeiro número do Jornal Massas. Trata-se de um órgão revolucionário, isto é, que está a serviço do combate sem trégua ao capitalismo e que tem por fundamento a revolução e ditadura proletárias. O Jornal Massas é, portanto, um instrumento de construção do Partido Revolucionário, sem o qual a luta do proletariado não tem como romper os marcos do capitalismo. Ele se constitui no porta-voz e no organizador da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR). A Tendência POR se funda integralmente no marxismo revolucionário de Marx, Engels e Trotsky. Por essa razão tem por base as experiências internacionais do proletariado e as conquistas teórico-programáticas do marxismo, materializadas no Manifesto Comunista, nos IV Primeiros Congressos da Internacional Comunista e no Programa de Transição da IV Internacional.

Reconhecemos e defendemos que a tarefa de construir um partido proletário no Brasil é parte da mesma e única tarefa de construir o partido internacional da revolução socialista mundial. Hoje, mais do que nunca, ficou totalmente claro o conteúdo reacionário da teoria do "socialismo em um só país" da burocracia estalinista, que liquidou com a III Internacional e desarmou no mundo inteiro o proletariado. A crise dos Estados Operários burocratizados (Rússia, Polônia, Hungria, etc) coloca objetivamente a necessidade da revolução política em contraposição à reedificação da propriedade capitalista, sob a colaboração dos PCs, submetidos às pressões do imperialismo.

A crise do capitalismo a nível mundial repõe todas as premissas objetivas para a revolução proletária, sem a qual o declínio do imperialismo conduzirá a uma situação de grandes catástrofes em todo o mundo. Se, de um lado, o enfraquecimento dos Estados Operários, por obra do estalinismo, se constitui num grande problema para o enfrentamento da decomposição capitalista, de outro, cresce em toda parte os movimentos de massa e o proletariado ressurgue co-

mo força revolucionária, inclusive na Rússia. Vivemos, portanto, numa etapa de apodrecimento capitalista, de desagregação do velho aparelho estalinista e de ofensiva proletária. Essas condições impõem com maior intensidade a estruturação de verdadeiros partidos proletários, que desenvolvam a estratégia da revolução e ditadura proletária. No Brasil, esse partido ainda não existe; e as correntes pseudo-trotsquistas, que voluntariamente substituem a luta estratégica pelas consignas eleitoralistas de Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo (Causa Operária), Governo Democrático Popular (CS, DS, OT, etc), não apenas não contribuem para a sua construção como servem de obstáculo a ela com todo seu centrismo.

Afirmamos claramente que, dada a destruição da III Internacional pelo estalinismo, o futuro das lutas emancipatórias depende da construção da IV Internacional. De todo o processo de crise sofrido no intento de construção da IV Internacional (degenerescência pablista), depois da morte de Trotsky, a maior conquista foi a estruturação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR). Por um lado, a desagregação de conjunto do capitalismo e dos Estados Operários estalinizados confirma materialmente as previsões e as orientações do Programa de Transição, por outro, a prova de fogo a que se submeteu anos a fio o POR-boliviano atesta na prática a sua mais completa vigência. Esse partido trotsquista alcançou uma grande vitória ao conseguir estruturar um programa cujos principais fundamentos, leis e consignas são a atualização do Programa de Transição. Essa é a principal explicação da Tendência POR escolher o nome de Massas para seu jornal, isto é, refere-se ao reconhecimento da importância estratégica do POR para a revolução proletária e reconstrução da IV Internacional. Todo problema agora está em a T.POR se mostrar a altura do Massas, o jornal do POR boliviano.

1º CONGRESSO DA TENDÊNCIA POR

Nos dias 1 e 2 de julho foi realizado o 1º Congresso da Tendência POR. A sua Resolução Político-Programática se caracteriza por concentrar esforço para assentar as bases de uma caracterização concreta da crise estrutural do capitalismo, da etapa política vivida no Brasil, do estado evolutivo da desagregação do regime político, do embate das forças sociais e políticas, da dinâmica da luta proletária e por extrair as consignas e posições revolucionárias necessárias para o combate anticapitalista. Como não poderia deixar de ser, o Congresso se empenhou em chegar a claras conclusões sobre a estratégia eleitoral do PT, das correntes de esquerda que nele atuam e em desfechar uma contundente crítica principista ao reformismo e ao centrismo pseudo-trotsquista. Desta forma, a Tendência POR se armou para enfrentar a onda democratizante, que já se faz sentir com seus efeitos desmobilizadores na CUT e no conjunto do movimento operário. Em função da extensão da Resolução e de sua importância, o Jornal Massas decidiu resumí-la em três edições, constando de três partes que são: 1) A Crise Mundial, O Caráter Estrutural da Crise no Brasil, A Estratégia Revolucionária para a Crise; 2) A Crise de Regime, O Eixo Revolucionário da situação, A Estratégia Política Burguesa; 3) A Estratégia Democratizante do PT, O Movimento Sindical, Superar a Crise de Direção, Desenvolver as Consignas. Os militantes e leitores poderão ter acesso à Resolução Integral através de sua edição já em circulação.

(1ª PARTE)

A CRISE É MUNDIAL

A Resolução do 1º Congresso da T.POR inicia caracterizando a crise mundial do capitalismo. Constata que "o relativo equilíbrio alcançado no pós-guerra cedeu lugar a uma nova etapa de convulsão e conflitos intercapitalistas". Na base do crescente desequilíbrio mundial está o "potencial produtivo que entrou novamente em plena contradição com a propriedade burguesa em sua forma dominante. Consequentemente, a "divisão do globo ocorrida no pós-guerra está largamente superada e o choque entre a necessidade de expansão do capital fortemente concentrado e as fronteiras nacionais volta a se agudizar ainda mais neste momento". De fato, a crise comercial que vem se esboçando entre as metrópoles imperialistas (particularmente entre os Estados Unidos e Japão) expressa o caráter estrutural da crise. Nestes países, que até há pouco tempo se gabavam de estabilidade, vem à tona o déficit público, os processos inflacionários, a desaceleração econômica, os profundos desníveis no fluxo de importação/exportação, as altas taxas de juros e as greves. O maior país capitalista do mundo, os Estados Unidos, se bate com todos esses sintomas de putrefação. E isso explica o seu crescente protecionismo e a pressão exercida sobre o mundo inteiro para que dê passagem à sua expansão. Mas as convulsões e investidas reacionárias da América do Norte é apenas parte da crise geral, na qual ocupa o epicentro.

Como se "trata do impasse crescente do capitalismo imperialista", ele arrasta atrás de si os países semicoloniais e os próprios países socialistas, traídos pela burocracia estalinista, que se troca claramente por capitalista (Polônia, Hungria, etc.). É nesse sentido que a Resolução afirma: "Um primeiro passo exigido ao Cremelin diz respeito à abertura para a penetração e restabelecimento parcial da grande propriedade capitalista (...). Essa ofensiva tem como estratégia incorporar, numa fase inicial, os países socialistas mais propensos à in-

tegração na esfera capitalista". As últimas incursões do imperialismo na Polônia e Hungria comprovam cabalmente esse objetivo. Em relação aos países de economia atrasada (semicoloniais), a Resolução constata que "a atual relação de submissão dos povos oprimidos já não satisfaz os apetites do grande capital monopolista". E que "as forças produtivas das semicolonias devem retroceder em maior magnitude. Estamos, portanto, diante da inauguração de uma nova fase de recolonização". Essa recolonização se caracteriza pela expropriação de uma grande parte das riquezas nacionais pelo imperialismo, que se utiliza da crise do endividamento externo e da desagregação econômica dos países oprimidos para colocar sob seu controle os principais ramos da produção e a maior parte dos mercados internos.

A crise de conjunto do capitalismo e das economias centralizadas tem impulsionado um poderoso movimento de massa. Cresce por todos os lados a revolta do proletariado. A Resolução verifica que "as contradições têm obrigado o proletariado e as massas a polarizarem a luta de classes, que assume características revolucionárias. Em ritmos e particularidades diferentes se desenvolvem movimentos explosivos, próprios do amadurecimento de uma situação revolucionária mundial, que decorre da desintegração dos países capitalistas e do extraordinário crescimento da pobreza". Nos Estados Unidos, a recente greve dos mineiros, que atingiu seis estados, é o prenúncio de que também nos países imperialistas o movimento operário se erguerá, depois de uma fase de refluxo. Na Rússia, por sua vez, a greve dos mineiros desponta como uma força oposta à reestruturação do capitalismo e à estratégia de conciliação com o imperialismo de Gorbachov. Em nosso Continente temos "a expansão das greves gerais, o estado permanente de ascenso grevista, os confrontos com a polícia, o fenômeno das ocupações de fábrica e a proliferação das lutas camponesas marcam toda a América Latina".

Esse quadro de degenerescência capitalista se tornará mais grave ainda e suas repercussões sobre a vida das massas serão mais catastróficas. Entretanto, o avanço internacional da luta proletária, verificado nas manifestações particulares em inúmeros países, indica a saída revolucionária de destruição do poder da burguesia e das burocracias estalinistas. As condições materiais para a revolução proletária e para a revolução política

nos países de economia socializada estão maduras. A tarefa é a de construir os partidos revolucionários internacionalistas, como direção consequente do combate proletário mundial. Esta é a conclusão da Resolução: "A crise que hoje se manifesta tem seus paralelos nos períodos mais negros da fase imperialista e coloca frente a frente a barbárie capitalista e seu antídoto, a revolução proletária".

O CARÁTER DA CRISE NO BRASIL E A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

Ao contrário do que apregoam os reformistas de esquerda, a crise econômica brasileira não se reduz a uma manifestação conjuntural, embora apresente inúmeros fatores circunstanciais: "A crise no Brasil é uma manifestação particular da crise geral capitalista (...) Ela se condiciona ao tremendo bloqueio econômico a escala mundial e às tendências opressivas do imperialismo". A razão disso é que o "Brasil faz parte indissolúvel desse organismo, conformado sob a égide do capital financeiro. E a sólida interdependência existente entre os países semicoloniais e as potências dominantes se constitui numa característica fundamental da conformação mundial do capitalismo. Assim, o aumento da concentração de capitais nas mãos de poucos países imperialistas reforçou e reforça o atraso das semicolonias e sufocou e sufoca suas forças produtivas profundamente dependentes".

Desse ponto de vista, a Resolução analisa o fenômeno da crise brasileira em estreita ligação com as determinações do imperialismo. Por isso, considera que um dos condicionamentos fundamentais está na necessidade do imperialismo desafogar as forças produtivas das metrópoles, o que o leva a descarregar a crise sobre as semicolonias, fazendo estourar suas contradições de país atrasado e semicolonial, isto é, as bases contraditórias de seu desenvolvimento desigual e combinado sob o domínio imperialista. E o que mais caracteriza essa relação, na presente situação, está em que "o imperialismo exige a reconcentração da economia e a transferência dos monopólios estatais e mesmo empresas privadas para seu controle direto". A destruição das forças produtivas nas semicolonias, provocada pela recessão e pela quebra industrial, é uma condição para a política imperialista conseguir domar temporariamente a revolta das forças produtivas mundialmente contidas". É isso o que explica o fato de um país carente de desenvolvimen-

to e com potencial para tal estar há uma década em fase de estagnação e que já assume a forma de recessão.

O prognóstico e a conclusão fundamentais tirados na Resolução se sintetizam no seguinte: "Embora a burguesia nacional possa manobrar para retardar e amenizar esse processo, não há como conter seu avanço com os métodos capitalistas. As características da crise presente são típicas do impasse histórico do regime capitalista de produção. No seu âmbito, a única saída possível é a que o capital imperialista apresenta: destruir parte das forças produtivas, elevar a concentração monopolista e alastrar a miséria das massas. Isto é, não se apresenta como viável qualquer saída reformista à crise estrutural", como por exemplo concebe a direção do PT.

A confrontação entre as soluções imperialista e as proletárias (expropriação da propriedade e Estado Operário) é o que está posto pela situação. Cabe à vanguarda proletária desenvolver o programa da revolução nacional e social, isto é, o próprio partido revolucionário. É nesse sentido que a Resolução proclama que "a estratégia para a solução da crise estrutural no Brasil não é senão a do internacionalismo, isto é, da revolução e ditadura proletárias. Não existe outra possibilidade para derrotar a linha de recolonização do imperialismo e de barbarização do país. O imperialismo só poderá ser liquidado se o proletariado se estruturar em torno do objetivo de rompimento com a opressão nacional e de expropriação da grande propriedade capitalista, transformando-a em socialista". A revolução proletária se impõe como instrumento para a solução da crise histórica do capitalismo, porque através dela as massas conseguirão se erguer contra o imperialismo e os latifúndios, expropriar o grande capital e organizar a economia sob novas bases".

CAIU MAIS UM MINISTRO

A renúncia do ministro da Justiça Oscar Dias Corrêa é mais um episódio da crise sucessiva do governo Sarney. O ministro Corrêa é conhecido por suas posições ultrareacionárias. Nos momentos mais críticos da luta de classes, defendeu que o estado desfechasse uma ampla repressão ao movimento operário e trabalhou vigorosamente para dotar o país de uma lei antigreve fascista. O fracasso total do Plano Verão e o descontrole inflacionário desmoralizaram de vez o governo, que perdeu quase por completo as margens de manobra. Frente a isso, Mailson desistiu de se lançar a uma nova aventura. Contrariamente, Oscar Corrêa estava por um novo pacote. Em uma das suas justificativas de renúncia afirma: "Os dados macroeconômicos do ministro Mailson dizem que não há risco de hiperinflação, mas se ocorrer, haverá convulsão social no País". A crise de regime é um fato. As saídas possíveis de solução da crise não podem ser senão submeter mais fortemente o país ao imperialismo. E essa contradição foi um dos maiores impasses do governo Sarney. Mas o proletariado tem a solução progressiva: derrubar o regime burguês e implantar o governo operário e camponês.

A Crise Política

A proposta propagandística eleitoral de Afif Domingos (PL) de antecipar a posse do novo presidente tornou-se uma bandeira da grande burguesia. O "Fórum dos Empresários" pede a posse para janeiro e em troca oferece a Sarney a colaboração para se evitar o estouro inflacionário. Um porta-voz do imperialismo (Estadão) denuncia que o governo já não tem mais a confiança dos credores internacionais, se encontra completamente isolado e quase sem margem para governar. Daí que o prolongamento de sua permanência é um fator de agravamento da crise. A total derrocada de Alfonsín na Argentina é tomada como exemplo para se reproduzir a antecipação também no Brasil. Diante do argumento de Mailson da Nóbrega de que o governo ainda mantém o controle da situação e de que os industriais obtiveram grandes ganhos com o Plano Verão, os capitalistas alertam que rapidamente esse quadro poderá sofrer uma brusca mudança. E o governo desmoralizado contribuiria para a transformação qualitativa do ritmo da crise econômica e política.

O fato é que a antecipação surge como um seguro para um eventual desbarranque de Sarney e como meio da grande burguesia passar a influenciar mais decisivamente os resultados eleitorais, uma vez que os partidos burgueses se encontram dilacerados e sem uma linha segura de estruturação do poder do Estado. Esse quadro da situação retrata claramente as profundas contradições que condicionam a tendência geral da crise capitalista. O desmoronamento da Nova República (a ponto da burguesia e todos seus partidos renegarem seu próprio governo) não se circunscreve a uma simples perda de governabilidade por inépcia de Sarney, e sim atinge as bases do poder do Estado.

O fracasso de todos os Planos de estabilização econômica é o resultado da incapacidade da burguesia em tomar medidas de fundo (independência nacional, reforma agrária, etc) para movimentar as forças produtivas. Ao contrário, os Planos atingiram em cheio os salários e aumentaram a atividade do capital especulativo, a tal ponto que uma parte da liquidez das indústrias vem da especulação financeira com os títulos da dívida pública e de outro com o brutal corte dos salários. O resultado dessa orientação, típica do parasitismo imperialista, é que aumentou a margem de falência financeira da União (mais de 100 bilhões de dólares da dívida interna são rolados diariamente), promoveu um extraordinária fuga de capitais para o exterior, conduziu a uma vertiginosa queda nos investimentos produtivos (o Estado perdeu violentamente a capacidade de investir) e alimentou as tendências recessivas impostas pela crise mundial capitalista. A grande burguesia tem consciência desse quadro marcado por profundos desequilíbrios e o que mais a atormenta é que ele provocou uma grande dispersão em suas fileiras.

No semestre passado a vigorosa onda grevista assinalou o caminho que tomará o proletariado. Principalmente a greve geral e as greves com ocupações de fábrica colocaram as massas em confronto direto com o Estado. A transformação das greves corporativas em grandes movimentos regionais e nacional está plenamente colocada. A combatividade da greve geral e a persistência de movimentos que a sucederam são os sintomas concretos dessa tendência. A burguesia suspirou frente ao retorno das massas ao leito normal neste período eleitoral. O maior perigo para o capital estava precisamente no crescimento da luta de mas-

sa, que certamente se chocaria com as manobras eleitorais, necessárias para brevar temporariamente a desagregação do regime político e do quadro partidário burguês. A suspensão do "grevismo" tem um peso decisivo para as frações burguesas se recomporem minimamente e se armarem para controlar os desequilíbrios do poder do Estado.

Precisamente pelo fato das eleições surgirem, na atual conjuntura, como instrumento de contenção da crise burguesa e de freio à luta de massa (pois a burguesia retoma a iniciativa política e arrasta atrás de si os trabalhadores) é que assume uma gravidade fatal o eleitoralismo do PT e o passivismo da CUT. O reformismo e o burocratismo sindical se levantam como um dique ao desenvolvimento da luta grevista; e isso também numa situação em que a elevação do custo de vida golpeia fortemente as massas. A ilusão de que através de um novo governo popular os problemas serão resolvidos é um chamamento à classe operária a abandonar a luta direta e a abrir mão de ela própria se colocar como força social, em proveito de um poder estranho a ela.

Sem o proletariado encabeçando as lutas, a burguesia fica de mãos livres para se movimentar no interior da crise. Essa é uma condição não apenas para ela retomar a iniciativa política imediata frente as massas descontentes, mas

também para aplinar o caminho para submeter suas organizações (CUT/Sindicatos) à conciliação de classes. A eleição do novo Presidente facilitará a colocação de uma proposta de trégua na luta de classes e de outra tentativa de pacto social. Embora a marcha da crise econômica não dará sossego, a operação política vem nesse sentido. Pela lógica de sua política majoritária, o PT e a CUT poderão ser arrastados para um tipo de acordo nacional, cuja essência consta de seu apego ao democratismo pequeno-burguês.

O proletariado deve resistir a ir a reboque do eleitoralismo e da conciliação democratizante. A retomada do ascenso grevista, agora num patamar mais elevado, é a tarefa central. Para isso, é necessário aglutinar as massas em torno de uma plataforma de luta e defender a preparação da greve geral por tempo indeterminado. Em contraposição à estratégia pequeno-burguesa de um governo democrático popular saído das eleições, o proletariado deve se bater por um governo operário e camponês (ditadura proletária). É esta estratégia que permitirá a classe operária enfrentar a crise capitalista e lutar pelo seu poder próprio. Em oposição à manobra de antecipação da posse presidencial, levantamos "abaixo o governo dos capitalistas". Esta é a consigna de mobilização revolucionária contra o poder burguês.

Como Intervir nas Eleições

As Convenções do PT definiram como eixo central de toda sua atividade as eleições presidenciais. Em razão disso se descartou a necessidade de se convocar os trabalhadores à luta de massa contra o governo cambaleante e contra a ofensiva capitalista. Não se considerou minimamente a importância de dar continuidade à resistência grevista do semestre passado. Desta forma, se depender do partido, os trabalhadores não farão outra coisa senão esperar o momento de colocar o voto nas urnas. Quanto aos militantes, se concentrarão em convencer as massas, pela propaganda eleitoral, que votem no PT. As eleições não são tomadas como um meio para chamar os assalariados à luta anticapitalista e sim como um fim estratégico para se construir um governo adaptado ao Estado burguês. Tra

ta-se da escolha da política reformista em oposição à revolucionária, que se volta inteiramente para o objetivo da tomada do poder pela luta de massa.

A distinção entre estas duas linhas precisa ficar totalmente clara. A definição das eleições como o instrumento de formação de um governo popular está em total contradição com o objetivo da derubada do poder burguês pela via revolucionária. Ela semeia a ilusão na possibilidade de as massas populares chegarem a governar o Estado capitalista, em aliança com setores do capital nacional, e promoverem um surto de desenvolvimento econômico, superando a profunda crise através de medidas reformistas. Para o democrático-reformismo, a luta de classes não é o motor para o proletariado despontar como força ca

paz de vencer a burguesia e arrancar-lhe completamente o poder. Ao contrário, o inevitável choque de classes deve ser canalizado para as soluções que não levem a profundas rupturas e desequilíbrios das relações capitalistas. Por essa razão, a ação direta de massa não pode alcançar grandes proporções, isto é, não pode se desenvolver plenamente, porque dá ao proletariado as condições para a tomada do poder.

Em contraposição à estratégia do governo operário e camponês, que será conquistada pela luta de massa, se levanta o governo democrático-popular, que resultará do voto indiferenciado das classes. Tal governo de reformas do capitalismo anula a organização independente do proletariado, dificulta-lhe diferenciá-lo quanto classe, obstaculiza-lhe se desenvolver em confronto com os capitalistas e evita que se construa como direção do combate da maioria explorada, condição fundamental para viabilizar a ditadura de classe da maioria oprimida (ditadura proletária). Consequentemente, enquanto o programa do governo operário camponês persegue a expropriação da grande propriedade capitalista e o controle das massas produtoras sobre a produção (controle operário da produção), o programa do governo democrático-popular se caracteriza por manter o domínio econômico dos capitalistas.

A Tendência POR se opõe frontalmente à estratégia do governo reformista e ao programa de salvação do capitalismo nacional da Articulação. Defendemos a utilização das eleições para levar aos trabalhadores um programa de luta direta pelo poder, o posto à ilusão da via eleitoral. Embora a política do PT não corresponda a da classe operária, a luta no partido ainda não se esgotou e é praticamente inevitável

que a classe trabalhadora tenha de passar por essa experiência para se livrar do social-reformismo antiproletário da direção do PT. Isso explica a necessidade dos classistas intervirem nas eleições na defesa do PT contra os partidos burgueses. Trata-se, portanto, de manter e desenvolver a luta no partido para ajudar os trabalhadores a superarem tal experiência e se colocarem pela construção do partido revolucionário. Para isso é necessário algumas condições básicas, sem as quais ocorrerá um acomodamento a política eleitoral da Articulação. Será imprescindível se fazer uma campanha independente, crítica e oposta à demagogia reformista.

Os trabalhadores que forem atingidos por nossas posições e propaganda terão claro os seguintes pontos: a) denúncia do eleitoralismo; b) do reformismo; c) denúncia da tática da coligação e da frente popular; d) denúncia dos partidos patronais; e) defesa do programa anticapitalista; f) defesa da estratégia da tomada do poder pela força e do governo operário e camponês (ditadura proletária); i) defesa da construção de uma fração no PT pelo Partido Operário Revolucionário; j) defesa da frente de luta contra o arrocho e a miséria; l) defesa da luta antiimperialista de massa.

A linha fundamental não será a da campanha eleitoral em si, mas utilizá-la para defender um plano de ação de massa, a preparação da greve geral por tempo indeterminado e propagandear os pontos do programa de expulsão do imperialismo, reforma agrária e expropriação dos grandes ramos da produção e estatização do capital financeiro. É nesse sentido que chamaremos a formar os comitês de luta, isto é, verdadeiros comitês de ação pelas reivindicações das massas, que chamem os trabalhadores ao combate.

Formar os Comitês de Luta!

Ao contrário dos comitês eleitorais, que vão apenas à caça dos votos, defendemos a formação dos comitês de luta nas fábricas, bairros, campo e escolas. Nos comitês de luta, a defesa do PT contra os partidos patronais será uma das atividades. Isto é, será utilizada a tribuna das eleições para os comitês expressarem as posições independentes dos explorados e para colocarem para as massas a necessidade da luta direta. A Tendência POR chama a constituir esses comitês sob a base de uma declaração política ("Uma Política Operária para as eleições"), que se opõe à própria orientação reformista demagógica da direção do PT e levanta uma linha de intervenção revolucionária. Neste sentido propomos aos militantes que façam um movimento pela formação de organismos de massa: 1) Convocar plenárias que discutam e aprovem os pontos centrais da declaração política; 2) Determinar os pontos e consignas da campanha de luta e preparar atividades práticas; 3) Aprovar um manifesto para a campanha eleitoral, que rechace a transformação das eleições como estratégia de poder, que defenda a luta direta por um governo operário e camponês (ditadura proletária), que exponha os principais pontos do programa anticapitalista e que defenda a retomada imediata do movimento grevista. Em torno da formação dos comitês de luta chamamos todas as correntes da esquerda a se posicionarem a favor de uma frente única de combate e de massa, distinta da frente eleitoralista e de conciliação de classe que caracteriza a Frente Popular Brasileira e que certamente se apoiará nos comitês eleitorais.

CONGRESSOS DA CUT:

Trégua aos Capitalistas

Os Congressos da Grande São Paulo e Estadual da CUT, realizados respectivamente em maio e junho, demonstraram a hegemonia perniciososa do burocrático-reformismo e do oportunismo esquerdista no movimento sindical. A combinação e a compatibilidade dessas duas tendências é um fato incontestável. A luta entre elas pela direção da Central se explica mais pela diferença como encaram o controle do aparelho do que pelas divergências de fundo. Trata-se de uma ala mais à esquerda e outra mais à direita de uma grande corrente que obstaculiza o desenvolvimento revolucionário do proletariado. No Congresso GSP, predominou a CUT pela Base (Movimento que aglutina correntes como DS, Vertente Socialista, Ex-PRC e independentes) e no Estadual a Articulação, dirigente do PT. As teses apresentadas por essas duas forças gravitam em torno de um mesmo eixo: a CUT deve canalizar sua atenção para o pleito eleitoral presidencial.

Tirando de lado a demagogia verbal de se combinar a ação direta com a participação eleitoral, o que de fato resta é a concepção de que das eleições pode sair um governo democrático e popular, capaz de realizar grandes transformações. Diante da profunda crise do governo, caberia aos trabalhadores se colocarem pela sua substituição através da candidatura Lula e não por um movimento pela sua liquidação. Assim a Tese da CUT pela Base afirma: "As eleições presidenciais de 1989... serão o fato político que sem dúvida polarizarão resto deste ano. Largas camadas de trabalhadores já perceberam que a conquista de suas reivindicações e de seus interesses imediatos e históricos na sociedade capitalista passam pela transformação radical das estruturas econômicas, políticas e sociais do país, pela construção de uma sociedade socialista. Essas eleições presidenciais que se aproximam estarão disputando o voto de milhões de trabalhadores diferentes projetos políticos e sociais".

Ora, se "largas camadas de trabalhadores" já perceberam a necessidade de "transformações radicais", torna-se mais favorável ainda desenvolver a estratégia da luta pela destruição do Estado burguês. Entretanto, o que está valendo mesmo são os milhões de voto de trabalhadores, que deverão ser carreados para o socialismo pequeno-burguês eleitoral. O concreto da Tese reside precisamente na defesa de que a CUT se jogue por inteiro para a obtenção de votos. É essa concretude que desmascara todo palavreado sobre a ação direta como "ferramenta fundamental" dos trabalhadores.

Se a CUT pela Base tivesse esse postulado como uma verdade prática, se oporia às manobras democratizantes que têm pressionado à dissipação do eixo

grevista, e as eleições seriam encaradas não para angariar milhões de votos, e sim para colocar às massas as propostas de organização das lutas, e chamá-las a ganhar as ruas. E uma das condições está em dizer que através das eleições os trabalhadores não chegarão a um governo próprio e sim através da luta de massa contra os capitalistas e seu Estado. Não obstante, o oportunismo da DS e Cia não o permite, a tal ponto que segue a reboque dos manejos da Articulação em torno da Frente Popular.

Pois bem, a Tese da Articulação, vitoriosa no Congresso Estadual, por seu lado, afirma: "Na luta de resistência econômica, os trabalhadores terão que ter consciência que, sem transformações profundas na economia que garantam a retomada do crescimento e o controle estável e duradouro da inflação, não haverá como aumentar ou simplesmente preservar os salários". Conclusão: "A luta política, que se travará nesse segundo semestre pela sucessão presidencial, assume um caráter decisivo para a evolução da crise, da economia(...). Assim, "o papel da CUT é discu-

PACTO NÃO !

Gilmar Carneiro, e em seguida Jair Meneguelli, ambos da direção nacional da CUT, lançaram como desafio ao governo e à burguesia a realização de um debate sobre a crise. O objetivo seria o de a CUT levar suas propostas para a solução da desagregação da economia. Imediatamente a grande imprensa interpretou como um aceno ao Pacto Social, o que mereceu um reparo de Gilmar Carneiro. Entretanto, o chamamento se dá num quadro em que a FIESP e o Congresso se movimentam em torno de um pacto antiinflacionário e em que passa a predominar a demagogia eleitoral. E tudo indica que a direção nacional da CUT tende ao jogo de um acordo nacional do que mobilizar a fundo os explorados. Esses dirigentes não só nunca negaram a perspectiva de um acordo nacional, como já se dispuseram a fazê-lo, desde que não fossem obrigados a sujar por inteiro as mãos.

Ninguém pode condenar os sindicalistas de desafiar os exploradores para um debate perante as massas, mas antes de qualquer coisa é necessário convocar os trabalhadores à luta e intervir na organização dos movimentos. O passivismo da direção da CUT e seu reformismo eleitoral indicam que não pretendem o debate para levar aos trabalhadores as consignas de luta e o chamamento a estruturar uma campanha, que desague na greve geral por tempo indeterminado. Portanto, não é descabida a interpretação de que Gilmar e Meneguelli acenam com o Pacto Social, terminantemente negado pelos Congressos da CUT. Pacto não, mobilização sim!

tir em cada fábrica, em cada empresa, escola, banco, usina, sítio ou acampamento o que está em jogo nestas eleições".

De fato, a luta de resistência econômica limitada em si mesma se esgota nas fronteiras do capitalismo e, por isso, a tarefa revolucionária consiste precisamente em transformá-la em luta ofensiva pela expropriação da propriedade burguesa. Mas a isto a Articulação se opõe terminantemente. Para ela, as transformações serão feitas pelo voto, isto é, elegendo um governo de reformas no capitalismo, como a firma José Dirceu, secretário geral do PT: "Nós somos um partido socialista, mas o governo de Lula não será socialista. Será um governo de reformas, democrático e popular, que criará as bases para as futuras lutas pelo socialismo". Está aí toda a essência da política antirevolucionária da Articulação: um governo de reformas só pode ser capitalista mesmo e, certamente, é pura manipulação considerá-lo capaz de criar as bases para o socialismo, ainda que seja para um futuro totalmente desconhecido. Neste ponto o "socialismo" de eleição da Articulação converge com o da CUT pela Base.

O problema não se prende apenas às Teses verbais aprovadas nos dois Congressos, mas ao seus resultados práticos de submissão da Central sindical ao campo da democracia burguesa, isto é, do Estado burguês em crise. A linha dos dois pólos oportunista se levanta como um obstáculo à independência de classe do proletariado e à ação direta das massas, basta ver que os Congressos não tiraram nenhuma campanha de luta.

O mais impressionante foi que, neste quadro, as demais correntes mais à esquerda, como por exemplo o Causa Operária, não fizeram mais do que serem os sócios menores do lulismo e a escora para a mística de que das eleições é possível sair um governo revolucionário. O Causa Operária, além de se jogar a fundo para que a CUT declarasse seu total apoio ao Lula, o que nem era preciso porque de qualquer forma a CUT seria arrastada pela Articulação, travou uma luta contra os militantes da T.POR, que constróem a oposição sindical dos securitários, para que não tivessem direito de participação no Congresso. No Congresso Estadual essa corrente teve êxito, por que a Articulação tomou sua causa e pôde despejar seu ódio contra as posições da T.POR, que combateu intransigentemente a transformação da CUT em uma agenciadora de votos e apresentou uma linha revolucionária, como se pode constatar em suas Teses apresentadas.

Esses acontecimentos demonstram o quanto a classe operária carece de uma direção classista e o quanto a burocracia e o centrismo barram a CUT de despontar como um instrumento para a coesão dos explorados. A tarefa é a de se construir uma fração proletária, que trabalhe pela construção das bases independentes do movimento operário.

SOLIDARIEDADE PROLETÁRIA

A Tendência pelo POR repudia a perseguição desencadeada pelo Estado burguês argentino às organizações e partidos de esquerda após os saques populares de final de maio.

Manifestamos a nossa solidariedade revolucionária incondicional aos militantes e dirigentes do POR, PO, MAS, PC e a todos os combatentes populares vítimas da repressão estatal.

EM DEFESA DO VICENTINHO !

O presidente do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, Vicentino, está sendo indiciado em inquérito policial devido à operação arrastão ocorrida no interior da Mercedes, na última greve metalúrgica. A formação do piquete de massa, que se confrontou com as forças policiais em Piraporinha, e a invasão massiva da Mercedes Benz foram dois grandes acontecimentos da greve, ao lado da decisão da Assembléia de rechaçar a volta ao trabalho feita pelo próprio Vicentino. O indiciamento de Vicentino é a forma de repressão legal utilizada pelo Estado para disciplinar as lideranças sindicais. Mas o principal objetivo do processo policial é o de colocar a ilegalidade dos piquetes, dos arrastões e da autodefesa dos operários. Trata-se da legalidade burguesa que protege a propriedade capitalista e a exploração do trabalho e condena as ações coletivas do proletariado. Por detrás dessa legalidade antigreve, antipiquete, e antiarrastão estão os fuzis, os cães treinados, as bombas, etc. Não foi no confronto de Piraporinha que a polícia baleou um operário? E o massacre dos operários desarmados em Volta Redonda? Pois bem, a polícia indiciou o presidente do sindicato sob a base da violenta ação da invasão da Mercedes Benz. Ora, a violência parte da exploração capitalista, que suga a vida dos trabalhadores, e das forças militares. O combate contra os capitalistas só pode ter êxito se as massas aplicam a violência revolucionária, própria do confronto de classes. Cabe aos sindicatos, às correntes de esquerda, à CUT, PT saírem em defesa da legitimidade da ação de massa e da violência revolucionária, oposta à violência burguesa reacionária. É nesse sentido que é fundamental a defesa de Vicentino, embora ele mesmo tenha servido de freio à greve metalúrgica e de barreira a uma maior ofensiva dos piquetes.

ABAIXO O ACORDO COM OS PELEGOS

A publicação AGEM divulgou que Arlindo Chinaglia, da CUT, e Luiz Meideiros chegaram a um pacto de não agressão. Primeiro, a burocracia reacionária do Sindicato Metalúrgico SP agride a pancadas e tiros a Oposição Sindical, no último Congresso da categoria. Depois, a CUT estadual se propõe a conciliar com os gangsteres da Rua do Carmo. A Oposição Metalúrgica deve rejeitar essa atitude subserviente. Trata-se de dar o combate sem trégua e em todos os campos à burocracia, inclusive quanto ao enfrentamento físico.

ARGENTINA: A CRISE AVANÇA

Na Argentina, um governo constitucional acaba de ser substituído às pressas por outro governo constitucional numa operação que violentou a própria Constituição Argentina, mas com apoio unânime dos principais partidos burgueses (Radical e Peronista), do clero, do exército, da burocracia sindical e do imperialismo. Esta operação tornou-se inevitável pela desagregação acelerada do Estado, da explosão inflacionária provocada por um punhado de especuladores e da violenta reação das massas ao saque perpetrado contra elas, reação que se alastrou como um rastilho de pólvora aos principais centros operários e colocou de forma palpável a latente tendência à guerra civil, hoje bloqueada pela burocracia sindical e pelos partidos da esquerda democratizante.

A hiperinflação que precedeu à "economia de guerra" decretada por Alfonsín e à grande revolta popular de final de maio foi a consequência imediata de um golpe especulativo aplicado pelos principais grupos capitalistas que operam na Argentina (as chamadas 30 famílias), cujo resultado foi uma monstruosa concentração de capitais e a quebra completa das finanças do Estado. Este processo foi desencadeado quando o grande capital teve a certeza da derrota do governo alfonsínista, que até então era o principal fiador da política de pagamento da dívida externa e interna e da recolocação da política de pagamento da dívida da recolocação do aparelho militarista como guardião "constitucional da democracia". Tratava-se, dessa maneira, de condicionar com antecipação a política de governo peronista que iria assumir.

O governo de Menen, colocado às pressas para salvar o barco do regime político burguês, está assentado sobre bases mais frágeis e explosivas que as do Alfonsín. Está obrigado a levar a fundo a política do FMI, já iniciada pelo governo radical, a privatizar empresas estatais, a cortar os gastos sociais, demitir massivamente e criar facilidades para o capital imperialista se apropriar de parcela crescente do patrimônio nacional. Mas, ao contrário do governo anterior, as ilusões democráticas das massas, que ainda perduram e explicam a sua vitória eleitoral, não terão a mesma consistência e duração, devido ao desmascaramento do caráter de classe do regime democratizante e, ao mesmo tempo, devido à necessidade de Menen aprofundar o processo de militarização iniciado por Alfonsín, para sustentar as duras medidas exigidas pelo imperialismo, que se chocam com os trabalhadores.

O que os operários brasileiros devem compreender é que estamos diante de uma manifestação particular (no caso na Argentina) de um ataque mais geral do imperialismo sobre as nações oprimidas e não do produto casual da "incompetência" deste ou daquele governo burguês. O ataque imperialista busca criar um quadro de RECOLONIZAÇÃO ou de colonização mais profunda ainda das economias atrasadas. Essa necessidade decorre da natureza imperialista das relações de propriedade dominantes, que sufocam o desenvolvimento das forças produtivas ao nível mundial e determinam que a solução da crise num país dirigido por uma burguesia submetida ao imperialismo resulte, necessariamente, no agravamento do submetimento nacional.

Mas os operários brasileiro devem compreender também que a reação das massas argentinas a este brutal ataque é parte do movimento mais geral dos explorados do mundo inteiro. A combatividade e sacrifício com que trabalhadores, donas de casa e até crianças fizeram, ao sair em busca de pão e ao enfrentar a repressão durante os saques de maio, vão no mesmo sentido das lutas dos trabalhadores venezuelanos, peruanos, palestinos, soviéticos, da greve geral de março no Brasil, de Volta

Redonda, etc. As classes trabalhadoras estão retomando a sua ação, estão em ascenso, apesar do bloqueio das suas direções. A classe operária está colocada a tarefa de se constituir na direção deste processo. Quer dizer, se estruturar em partido, no Partido Internacional da Revolução.

PROPOSTA DO POR ARGENTINO

FRENTE CONTRA A FOME E A REPRESSÃO

A classe operária e seu partido se tornam dirigentes das massas exploradas, ligando-se a elas no dia a dia de suas lutas, tornando consciente as suas experiências contra o capital e tudo fazendo para alargar as bases que enfrentam o poder e a opressão burguesa. Este é o objetivo do chamamento que o Partido Operário Revolucionário da Argentina faz às organizações de uma FRENTE CONTRA A FOME E A REPRESSÃO, do qual reproduzimos alguns trechos: "AOS ORGANISMOS DEFENSORES DAS LIBERDADES PÚBLICAS, PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA, COMISSÕES DE FÁBRICA, CORPOS DE DELEGADOS SINDICAIS, CENTROS ACADÊMICOS, ORGANIZAÇÕES DE BAIRROS.

Companheiros:

Arma-se hoje na Argentina um processo de golpe de estado econômico em favor dos grandes conglomerados que jogaram as massas trabalhadoras na mais extrema miséria. Essa política, impulsionada pelo governo e avalizada pelo partido triunfante nas eleições de 14 de maio, empurrou os explorados à desesperação, e os obrigou a tirar dos supermercados a comida que não podem tirar do salário... Essa política econômica forçou a classe dominante e seus partidos e instaurar no país uma aberta ditadura policial-militar... A repressão e a campanha de provocações contra a esquerda respondem à necessidade de esmagar qualquer expressão política de protesto contra a fome e a miséria. As buscas, detenções, a ilegalidade de fato de organizações políticas e a progressiva militarização do país demonstram o progressivo retorno ao terrorismo de estado contra o povo trabalhador... Diante desta situação, a conformação de uma FRENTE ÚNICA CONTRA A FOME E A REPRESSÃO não pode esperar, o que exige a simples sobrevivência... Companheiros, é preciso dar à repressão uma resposta contundente, mobilizarmo-nos já pela liberdade de todos os companheiros, contra o estado de sítio, pelo direito de greve, pela livre atividade sindical e política. É uma tarefa frentista elementar para todo aquele que se reivindique defensor das liberdades públicas, defensor da vida...

Buenos Aires, 5 de junho de 1989

Partido Operário Revolucionário

nota: - O Partido Operário Revolucionário da Argentina se constituiu a partir de sua exclusão do partido Obrero, por discordar estratégica e taticamente das posições de PO. Juntamente com o POR boliviano e com o Socialismo Revolucionário-Uruguai formou-se o Comitê de Enlace Internacional em defesa da reconstrução da IV Internacional.